

## JUSTIÇA

# Procurador cria Assessoria de Direitos Humanos

*Objetivo é abrir canal de comunicação com a sociedade e debater assunto com promotores*

O procurador-geral da Justiça, Luiz Antônio Guimarães Marrey, assinou ontem o ato que institui a Assessoria Especial para Direitos Humanos no âmbito do Ministério Público (MP). Segundo Marrey, a medida é o

primeiro passo para a eventual criação de um Centro de Apoio de Direitos Humanos no Ministério Público.

Os centros de apoio assessoram os promotores que se especializam em determinados ramos do Direito, como é o caso das Promotorias da Infância e da Juventude, de Defesa da Cidadania e do Meio Ambiente.

Marrey nomeou Martha de Toledo Machado para a Assessoria Especial para Direitos

Humanos. Martha tem como atribuição promover debates sobre a questão dos Direitos Humanos entre os 1.300 promotores de Justiça que atuam no Estado e abrir um canal de comunicação com a sociedade civil.

**Polícia** — Em seu discurso, Marrey lembrou que todos os promotores do Estado colaboraram, de uma forma ou de outra, na defesa dos Direitos Hum

nos. Ele citou, durante entrevista, alguns casos de violência policial contra o cidadão que estão sendo investigados por insistência do Ministério Público.

O procurador-geral disse que o controle externo da atividade policial é fundamental para evitar abusos. Ele não declarou, entretanto, se defende a extinção dos inquéritos policiais para que casos como o do Bar Bodega, quando inocentes

foram presos por ser suspeitos de ter praticado o crime, não ocorram mais.

“A extinção do inquérito policial não garante o fim das arbitrariedades”, disse Marrey. “Temos de garantir primeiro que a polícia melhore.” Setores do Ministério Público e alguns profissionais ligados à Justiça querem que a investigação seja dirigida por promotores e não mais por delegados. (Claudio Augusto)